

A HISTÓRIA MILITAR NA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DE MARINHA

“..... la historia, ... , depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo y aviso de lo presente, advertencia de lo por venir.”

Miguel de Cervantes

“A História sempre foi, em todos os tempos, a maior fonte de ensinamentos de que dispõe a Humanidade.”

Vice-Almirante João do Prado Maia (1961)

Contra-Almirante (RM1) Guilherme Mattos de Abreu

A apresentação a seguir traduz a nossa visão quanto aos objetivos que se busca alcançar com o ensino da disciplina História Naval nos cursos de formação de Oficiais de Marinha, em particular, os graduados na Escola Naval (EN).

Neste trabalho, a expressão “História Militar” abrange os ambientes naval, terrestre e aeroespacial, que são interdependentes. A expressão “História Naval”, portanto, será tratada como uma componente da História Militar.

Antes de prosseguirmos, vale destacar que o Estatuto dos Militares¹ estabelece, em seu artigo 27:

Art. 27. São manifestações essenciais do valor militar:

I - o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida;

II - o civismo e o culto das tradições históricas;

III - a fé na missão elevada das Forças Armadas;

IV - o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve;

V - o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida;

VI - o aprimoramento técnico-profissional.

Em nossa avaliação, os conhecimentos adquiridos no ensino da História Militar são essenciais para a moldagem desses atributos.

¹ Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

Mais especificamente, a Ordenança Geral para o Serviço da Armada (OGSA)² – documento orientador das tradições e procedimentos marinheiros, sucessivamente aperfeiçoado, e cujas origens remontam a cerca de setecentos anos³ – estabelece, em seu artigo 6-1-15:

Art. 6-1-15. São qualidades desejáveis do Oficial de Estado-Maior:

² Decreto no 95.480, de 13 de dezembro de 1987, alterado pelos Decretos no 937, de 23 de setembro de 1993, e no 1.750, de 19 de dezembro de 1995.

³ A forma mais antiga das “Ordenanças” encontrada são “*Ordinationes Ripariae*”, elaboradas pelos dirigentes marítimos de Barcelona e confirmadas por Jaime I (Rei de Aragão), em 1258, tratando do armamento que deveriam levar os marinheiros embarcados em suas navios. Pouco depois, surgiu o código de “*Las Siete Partidas*” (1265), de Afonso X, o Sábio (Rei de Leão e Castela), que regulou como se deveria reger uma Marinha constituída essencialmente de navios de guerra.

Mesmo após a Restauração Portuguesa, tal legislação quase sempre foi observada pela Armada lusitana até quase o século XIX. De grande influência em nossa Marinha, foi, também, o documento “*The King’s Regulations and Admiralty Instructions for the Government of Her Majesty’s Naval Service*” (as Ordenanças britânicas). Suas origens remontam, da mesma forma que as do Reino de Aragão, aos usos e costumes navais do Mediterrâneo, possivelmente os estabelecidos nas Leis de Rodes (800 AC), preservadas pelas compilações romanas sob a designação “*Lex Rhodia*”.

Em Portugal, do qual nos ficaram as leis, usos e costumes navais, só muito tarde o vocábulo ordenança foi utilizado para a legislação naval. Excetuando o período filipino, quando as “ordenanzas” espanholas nortearam a atuação das armadas comuns, foi notória a preferência lusa pela palavra “*regimento*” para denominar procedimentos gerais. (OGSA, Título X – HISTÓRICO).

- a) dominar intelectualmente sua área de atividade e sobre ela exercer domínio profissional;
- b) ter conhecimento das novidades técnicas que o progresso introduz na prática, tanto nas armas em si, como no seu emprego;
- c) ter conhecimentos estratégicos e táticos;
- d) ter conhecimentos de história militar e naval; e
- e) ter a habilidade para o trabalho em grupo, a consciência de que a assessoria se destina à decisão do Chefe e de que uma vez esta assumida, deve empenhar-se totalmente no seu cumprimento.

Verifica-se que a Ordenança, especificamente, estabelece que dispor dos conhecimentos de História Militar e Naval é uma qualidade de um Oficial de Estado-Maior. Mas, do mesmo modo que ocorre em relação ao artigo 27 do Estatuto dos Militares, conclui-se que os conhecimentos adquiridos no ensino da História Militar são essenciais para a moldagem das demais qualidades elencadas.

Coerentemente com o Estatuto e a Ordenança, o Currículo da Escola Naval estabelece o perfil dos Oficiais de Marinha ali graduados, bem como aponta os atributos, competências e habilidades que devem apresentar (grifos do autor):

Ao longo de 5 anos ⁴, o Aspirante da Escola Naval será preparado para, a partir do condicionamento moral, militar e psicológico, exercer as funções inerentes aos postos de Segundo-Tenente e Primeiro-Tenente e ser capaz de desenvolver-se para exercer as funções de comando e direção inerentes aos demais postos da carreira.

(.....)
.....)

Como síntese das qualificações desejáveis ao Oficial Subalterno verifica-se que a este são cometidas responsabilidades por atividades operacionais e técnico-administrativas, sendo que dele se es-

pera o exercício eficiente da liderança na condução e supervisão de tarefas de subordinados. Deverá possuir, ainda, uma sólida formação acadêmica que assegure, ao longo da carreira, sua capacidade de perseguir o contínuo aperfeiçoamento profissional, sujeito, cada vez mais, a transformações velozes e sofisticadas.

Adicionalmente, a “Rosa das Virtudes”, estabelecida na publicação “Doutrina de Liderança da Marinha”, do Estado-Maior da Armada, lista os dezesseis traços de caráter que um militar da Marinha deve possuir, em um diagrama no formato de uma rosa dos ventos.



A Rosa das Virtudes

O estudo da História Militar e de seu componente naval contribui sobremaneira para a moldagem de tais atributos, competências, habilidades e traços de caráter.

O Currículo estabelece como objetivos gerais da disciplina História Naval:

- Analisar o desenvolvimento do fenômeno da guerra e suas implicações nos campos político, diplomático e militar.
- Analisar o desenvolvimento dos meios navais e a evolução da guerra naval associada às operações terrestres e aéreas que lhe forem relacionadas, integrando-a no desenvolvimento geral da guerra.

Esta visão abrangente, de associar a guerra naval às operações terrestres e aeroespaciais e aos campos político, diplomático e militar, em suma, à grande estratégia, é tra-

⁴ Quatro anos do Ciclo Escolar, acrescido de um ano do Ciclo Pós-Escolar, como Guarda-Marinha.

dicional no ensino de História Naval na EN. O saudoso professor Capitão-de-Mar-e-Guerra Léo Fonseca e Silva (1927-1997), então responsável pela cátedra de História Naval, há mais de quarenta anos, orientava-nos a estudar História associada à Geografia (preparava, assim, as nossas mentes para absorver os conceitos da geopolítica); insistia em apontar que o conhecimento e a interpretação dos acontecimentos do passado seriam importantes para moldar o posicionamento dos futuros oficiais diante dos fatos, ao longo da carreira; salientava os vínculos da guerra naval ao que se passava nos demais ambientes. Exaustivamente, repetia que inexistia, nem nunca existiu, a arma absoluta – aquela que nunca seria confrontada:

De vez em quando, o homem pensa ter chegado à perfeição, com a descoberta de uma nova arma, tão terrível que não poderá ser mais superada, isto é, a arma absoluta! E por vezes chega a ter a ilusão de que tal arma, por ser absoluta, virá acabar com a guerra, já que ninguém terá coragem de usá-la! Assim foi sempre, especialmente com a arma de fogo, o gás asfixiante, o avião, o submarino, a bomba atômica, a bomba de hidrogênio e já se fala em raios terríveis e bombas orbitais!

Conseguirá um dia o homem chegar à perfeição absoluta de destruir todo e qualquer inimigo, ou seja, ele próprio?!! (SILVA, 1980, p.74.)

Cabe ainda destacar que, ao longo do curso, existe uma ampla gama de oportunidades para trazer ao Aspirante os referenciais do passado. São exemplos: as cerimônias alusivas à Batalha Naval do Riachuelo (11 de junho) e ao Dia do Marinheiro (13 de dezembro); visita anual dos Veteranos de Guerra, inauguração do Memorial de Honra, em homenagem aos Oficiais e Guardas-Marinha falecidos em operações de guerra; resgate de marcos históricos, como a “*Canção da Divisão Naval em Operações de Guerra*” (DNOG – Primeira Guerra Mundial (IGM))⁵, visitas guiadas ao Museu Naval e ao Espaço Cultural da Marinha etc.

⁵ Na I GM, tornou-se muito conhecida a marcha britânica “*It’s a long way to Tipperary*”. O Capitão-de-Corveta Benjamim Goulart (Comandante do Navio-Tender “Belmonte” e, mais tarde, do Cruzador “Bahia”) criou versos para serem cantados com a música dessa marcha. A Canção da D.N.O.G. foi muito cantada pelas guarnições da Divisão Naval e recentemente recuperada para emprego em cerimônias na Escola Naval.

Como o Sistema de Ensino da Naval (SEN) é um processo de educação contínuo e progressivo, o estudo de História na Escola Naval representa a continuidade do iniciado no Colégio Naval e, por sua vez, tem prosseguimento na Escola de Guerra Naval.



Inauguração do Memorial de Honra, em homenagem aos Oficiais e Guardas-Marinha falecidos em operações de guerra, por veteranos de guerra e outras autoridades, em 2011

Ao estudar a História Militar e seu componente naval e conhecer as realizações do passado, o nosso Aspirante assimila o exemplo dos grandes líderes; sedimenta o patriotismo, o civismo, o culto às tradições históricas, o compromisso com o legado construído pelas gerações passadas, o espírito de corpo, o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida e a fé na missão elevada das Forças Armadas; bem como encontra motivação para o aprimoramento técnico-profissional. Adquire a convicção de que o mar sempre esteve presente na história do Brasil: que o expôs ao mundo, que lhe trouxe o progresso e as ameaças.

De fato, constatará quão vulnerável é o nosso país às ações vindas do mar ou conduzidas no mar, ao analisar a sua história. A vulnerabilidade, já grave, em função da dependência da economia em relação ao tráfego marítimo, evidenciada nas duas Guerras Mundiais, vê-se hoje aguçada em função de possuímos uma cadeia produtiva de petróleo dispersa em nossa extensa Amazônia Azul e de existir, em terra, concentração de macrovalores ao alcance de ações bélicas de caráter naval.⁶

⁶ Tal observação nos remete ao conceito de “áreas vitais”, onde se encontra maior concentração de poder político e econômico, conforme define o subitem 4.3 da Política de Defesa Nacional (Decreto 5.484/2005).

Ao examinar as mudanças das táticas em função da evolução tecnológica, constatará que procedimentos antigos ressurgem com novas roupagens. Assim, o abalroamento deliberado com o uso de esporões⁷, típico do combate com galés⁸, seria novamente adotado no século XIX (exemplos: Batalha Naval de Hampton Roads (Guerra Civil Americana – 9/09/1862), Batalha Naval do Riachuelo⁹ (Guerra da Tríplice Aliança – 11/06/1865), Batalha Naval de Lissa (Itália versus Áustria – 20/07/1866) e outras), decaindo a sua relevância como tática deliberada na primeira metade do século seguinte. A abordagem, que ao longo do século XX tornara-se um evento com pouca probabilidade de ocorrência, voltou a merecer atenção em nosso tempo, passando a figurar nos programas de adestramento em função da incidência de operações de interdição de área marítima (MIO – Maritime Interdiction Operations), como a que está em execução em águas libanesas pela Força Naval da UNIFIL (United Nations Interim Force in Lebanon), comandada atualmente por um Almirante da Marinha do Brasil.

A ABORDAGEM ONTEM E HOJE

Ao instruir-se sobre as Guerras Greco-Persas (século V AC), aprecia, na segunda delas, a estratégia do Rei de Esparta, Leônidas, de posicionar os seus soldados no desfiladeiro das Termópilas (480 AC), neutralizando em larga escala a superioridade numérica do invasor. Ao mesmo tempo, contempla um caso remoto de guerra naval associada às operações terrestres. O movimento das forças terrestres persas se dava ao longo da costa, pois estava vinculado ao apoio de uma força naval.

Os espartanos sucumbiriam depois de derramar muito sangue persa, em Termópilas; os persas seriam derrotados na batalha naval de Salamina e em outros confrontos, colocando a termo a invasão. Eventos que permitem abordar a estratégia de fazer o inimigo combater em situação que lhe é desfavorável; bem como assinalar a interdependência da força naval e terrestre, desde a Antiguidade, condicionada ao cenário estratégico.

⁷ Esporão - protuberância pontuda e muito resistente na proa dos navios de guerra, destinada a perfurar o casco dos navios adversários.

⁸ Galé - Navio de guerra da antiguidade impelido por remos, podendo ou não possuir vela como recurso de propulsão auxiliar.

⁹ O abalroamento foi empregado pelo Almirante Barroso na Batalha Naval do Riachuelo (11 de junho de 1865), ainda que a Fragata Amazonas, seu capitânia, não fosse equipada com esporão. Os navios encouraçados do tipo monitor, construídos à época, incorporariam o esporão no seu projeto.



Combate dos galeões holandeses “Utrecht” e “Huys Van Nassau” contra o português “Nossa Senhora do Rosário” (Bahia – setembro de 1646)¹⁰.



Grupo de Visita e Inspeção da Fragata “União”, em treinamento de abordagem a viva força, em águas libanesas

Ao estudar a Guerra Russo-Japonesa, conhece a excelência da manobra nipônica na Batalha Naval de Tsushima e aprende que não se deve subestimar o inimigo (a liderança russa “*nada conhecia sobre a capacidade do Japão em mobilizar suas reservas, e alimentavam a ilusão de que um soldado russo equivalia a três japoneses*”; o Tsar Nicolau II e muitos de seus súditos descreviam os

¹⁰ Os navios holandeses aferraram-se ao português, cujo Comandante decidiu explodir o seu navio, levando com ele o “Utrecht” e avariando seriamente o “Huys Van Nassau”, que, posteriormente, foi recuperado e incorporado à Armada portuguesa.

japoneses como macacos e seu exército como imaturo¹¹).

Ao pesquisar sobre os meios envolvidos na guerra naval e aeronaval no Oceano Pacífico na Segunda Guerra Mundial (IIGM), pode identificar que a mentalidade ofensiva tradicional japonesa fez com que os militares daquele país desprezassem os recursos tecnológicos voltados à sobrevivência em combate. Enquanto navios e aeronaves norte-americanos, mesmo com danos severos, conseguiam retornar às bases, ser recuperados e voltar à ação, os seus congêneres japoneses eram destruídos em combate¹². Aspecto que chama a atenção para a diversidade de preocupações que pode assomar a um líder militar de alto nível para alcançar o sucesso – no caso, contrapor-se a condicionamentos culturais de seu povo.

O nosso Aspirante, ao estudar a campanha contra os holandeses (século XVI), toma conhecimento da amplitude do teatro de operações, que se estendia até a Europa e ao litoral africano¹³; da divisão dos escassos recursos militares portugueses em função de seus interesses na Ásia, na África e no Brasil, influenciando o correr dos acontecimentos em nossa terra; de inúmeros combates navais e desastres naturais, com elevado custo em vidas de parte a parte; bem como de que uma significativa batalha da História Naval espanhola e portuguesa se deu no Brasil, com direito a ser immortalizada em tela na Espanha¹⁴: a Batalha Naval de Abrolhos (12/09/1631).

¹¹ JUKES. p. 21.

¹² Os navios japoneses possuíam recursos muito limitados de controle de avarias, comparativamente aos norte-americanos. Os aviões japoneses eram dotados de tanques de combustível rígidos, que explodiam quando atingidos, em função da concentração de gases de evaporação; enquanto os norte-americanos desenvolveram modelos com tanques colapsáveis.

¹³ Exemplos: confrontos navais nas linhas de comunicação marítimas entre a América e as metrópoles europeias; ocupação holandesa de Angola (25/08/1641) e sua retomada por Salvador Correia de Sá e Benevides, à frente de uma expedição que partira do Rio de Janeiro (maio de 1648).

¹⁴ Tela de Juan de la Corte (1597-1660), Museu Naval, Madrid. (HIERRO, p. 46). Na manhã de 12/09/1631, uma esquadra luso-espanhola, comandada pelo Almirante D. Antônio de Oquendo (19 navios de guerra, escoltando 23 navios mercantes com destino à Europa e 12 caravelas transportando tropas para Pernambuco), foi atacada por uma esquadra holandesa (16 navios). No fim da tarde, os holandeses estavam em fuga, com severas baixas, inclusive de seu Comandante, Almirante Andriaan Janszoon-Pater. Do ponto de vista tático a vitória foi indecisa, mas foi uma vitória estratégica, visto que Oquendo conseguiu cumprir a sua missão, pois o comboio seguiu incólume.



Combate Naval de Abrolhos
(Tela de Juan de la Corte (1597-1660), Museu Naval, Madrid)

Verifica que os aperfeiçoamentos do canhão levaram os ingleses a conceber, em 1578, um navio de guerra que, embora em aparência fosse semelhante aos portugueses e espanhóis, era mais leve e ágil e melhor artilhado, ainda que com menor capacidade de transporte de tropa para abordagem. Concepção que foi copiada pelos holandeses, mas não pelos portugueses e espanhóis. Com isso, nesta época, ingleses e holandeses conseguiam posicionar-se favoravelmente nos embates com os pesados e grandes navios ibéricos, evitando sistematicamente a abordagem (ou recusando o combate, quando conveniente) (MONTEIRO, Vol. V, 1996, p. 11). Carência de flexibilidade intelectual que nos remete a Basil Liddell-Hart: “A única coisa mais difícil que introduzir uma nova ideia na mente dos militares é remover-lhes uma ideia antiga”.

Torna-se permeável à complexidade das relações internacionais, ao conhecer a exótica situação em que Portugal foi colocado após a Restauração: aliado da Holanda na Europa; inimigo dos holandeses no hemisfério sul.

Aprecia a iniciativa, a ousadia e a dissimulação do Governador-Geral Antônio Teles da Silva que, em um plano astucioso, determinou (março de 1645) que uma coluna de afro-brasileiros, sob liderança de Henrique Dias, simulando escravos fugitivos, se dirigisse para Pernambuco, utilizando os caminhos do interior; e que uma coluna de índios, sob o comando de Felipe Camarão, partisse em seu “encaço” (de tudo isso daria conta aos holandeses em Pernambuco, pedindo ajuda para prender Henrique Dias). Enviados os emissários, o Governador despachou uma esquadra comandada por Jerônimo Serrão de Pai-

va, que realizou uma operação anfíbia, desembarcando os terços comandados por André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno na baía de Tamandaré, ao sul de Recife. Em maio, com a aproximação das tropas de Henrique Dias e de Felipe Camarão, dar-se-ia a sublevação de João Fernandes Vieira. Desencadeava-se a Insurreição Pernambucana! (MONTEIRO, Vol. VI, 1996, p.260)

Por fim, a Guerra Luso-Holandesa chegaria a termo, com o bem sucedido cerco por terra e bloqueio por mar de Recife, que levariam os holandeses à rendição.

Após a independência, o período monárquico oferece ao Aspirante os exemplos de liderança, descortino e espírito de sacrifício dos grandes chefes navais e militares, que contribuíram para a manutenção da integridade territorial de nosso Brasil. Naquele tempo, não se falava em operações combinadas ou conjuntas, mas as exigências dos teatros de operações levaram os eminentes chefes a planejarem e a operarem coordenados, para o que contribuía o conhecimento mútuo e o sentimento de interdependência fraterna desenvolvidos entre eles. O Almirante Tamandaré e o General Osório, por exemplo, eram grandes amigos; assim como o Duque de Caxias e o Almirante Visconde de Inhaúma.¹⁵

Entretanto, observa-se que, ao final do Império e na República, tal capacidade deteriorou-se gradualmente. Raros foram os eventos em que ocorreram ações envolvendo as duas, depois as três Forças, de forma ampla e coordenada.

Na IGM, a nossa participação, no dizer do Marechal Dutra, “... se limitou a uma contribuição platônica de manifestos, passeatas e declarações ferventes de votos, excluída a contribuição real de uma divisão naval e de alguns poucos e espontâneos voluntários que à luta se atiraram.”^{16, 17}

¹⁵ No início da guerra da Tríplice Aliança, o Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, foi o Comandante-em-Chefe da Esquadra Imperial; o General Manuel Luís Osório, Marquês do Erval, foi o Comandante do Exército Imperial. Mais adiante, o perfeito entendimento entre Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Comandante do Teatro de Operações, e o Almirante Joaquim José Inácio de Barros, Visconde de Inhaúma, que sucedera Tamandaré, contribuiria efetivamente para o sucesso das operações.

¹⁶ Este comentário está incluído em correspondência do Ministro da Guerra ao Presidente da República, datada de 27 de janeiro de 1942, que trata dos preparativos do Exército com relação à IIGM, conforme reproduzido em LEITE, NOVELLI. 1983, p. 367.

¹⁷ Além da Divisão Naval, enviou-se uma missão médica, composta por civis e militares, para a França; um grupo de aviadores

Na IIGM, a nossa Força Naval operou agregada à Quarta Esquadra norte-americana; a Força Expedicionária Brasileira foi incorporada ao V Exército norte-americano e incluída nos quadros do IV Corpo de Exército; e os meios de nossa nascente Força Aérea Brasileira operaram integrados ao 350th Fighter Group da Força Aérea do Exército norte-americano, na Itália, e da Quarta Esquadra, na proteção aérea à navegação marítima, a partir das bases no litoral brasileiro.¹⁸ (MORAES, 2005, p.7. Lavenère-Wanderley, 1966, p. 354 e 355)

Quanto a esses conflitos, cabe registrar o despreparo e a obsolescência que se observavam nas nossas Forças Armadas, à época.

Entretanto, constatar que a atuação brasileira na IGM foi militarmente modesta, não significa ignorar os esforços custosos e admiráveis realizados, considerando as limitações de nosso país no início do século XX. Tais deficiências fizeram com que a prontificação de uma força naval nas dimensões da DNOG, que requeria poucas semanas em qualquer das grandes potências, tardasse cinco meses. Apesar disso tudo, a Divisão materializou-se e foi útil no cenário africano, e a contribuição do Brasil teve alto significado político: em consequência da participação militar, o país ganhou o direito de se fazer representar na Conferência de Paz de Versalhes e, mais tarde, a ocupar papel de relevo na Liga ou Sociedade das Nações, fazendo parte de seu Conselho, o qual é o antecedente jurídico do Conselho de Segurança da ONU.

A DNOG, com suas dificuldades e limitações, representou um alerta para a necessidade de que Forças Armadas estejam sempre prontas e adestradas. Alerta que rapidamente caiu no esquecimento, considerando as condições em que ingressamos na Segunda Guerra Mundial.

navais, acrescido de um Oficial do Exército, foi incorporado à Real Força Aérea Britânica. Oficiais da Marinha e do Exército foram destacados na Marinha Norte-Americana, na Marinha Real Britânica e no Exército Francês.

¹⁸ Em 23 de agosto de 1942, foi assinado um acordo de cooperação entre o Brasil e os EUA, em que se traçavam as normas e condições destinadas a regular o concurso das forças militares e econômicas dos dois países. Por este acordo o Comando da Força do Atlântico Sul (Marinha dos EUA) detinha o comando operacional das forças navais e aéreas do Brasil. A 4ª Esquadra possuía uma Ala Aérea, composta de esquadrões de aviões e de “blimps”. (Lavenère-Wanderley, 1966, p. 354 e 355)

Na IIGM, foi com enorme esforço e com auxílio norte-americano que as Forças Armadas se atualizaram e se reequiparam. Encerrado o conflito, o Brasil encontrava-se prestigiado.

A atuação dos brasileiros em tais eventos é repleta de episódios de grandeza a motivar os nossos discípulos. Entretanto, as condicionantes existentes ao longo do século fizeram desvanecer o sentimento de interdependência e o conhecimento mútuo, o que criou condições para existência de divergências – ocorrências que, no passado, foram manipuladas para cindir as Forças Armadas, em função do envolvimento dos militares com a política.¹⁹

Com a ativação do Ministério da Defesa, passaram a ser realizadas operações conjuntas em grande número, bem como se incrementou a atuação do país em operações de paz, ocorrências que têm contribuído para reverter este quadro.

Antes de prosseguir, vale a pena identificar, em uma visão prospectiva, o cenário que espera o combatente brasileiro no século XXI, salientando que é fato concreto que o nosso país muito evoluiu da IIGM para cá. Também é fácil depreender que o Brasil assume uma nova estatura geopolítica, considerando os recursos de que dispõe, em um mundo ávido por água, energia, alimentos e espaço. Aspectos que encerram uma ampla gama de oportunidades, mas também vulnerabilidades, que não podem ser desprezadas.

O jornalista William Waak resumiu esta conjuntura em uma frase singela: “*A gente tem tudo que todo o mundo quer.*”²⁰

O Almirante-de-Esquadra Guimarães Carvalho, ex-Comandante da Marinha, certamente, acrescentaria: “*Toda riqueza acaba por se tornar objeto de cobiça, impondo ao detentor o ônus da proteção.*”²¹

¹⁹ Como exemplo, o período entre Guerras é internamente conflituoso: Revolta da Escola Militar do Realengo e do Forte de Copacabana (1922); Revolução de 1923 (Rio Grande do Sul); Revoluções em São Paulo (1924 e Constitucionalista de 1932); Coluna Prestes (1925 a 1927); Revolução de 1930, que culminou com a deposição do Presidente da República, Washington Luís, impedimento da posse do presidente eleito, Júlio Prestes, e pôs fim à República Velha; Intentona Comunista (1935); golpe de estado de 1937 (instituiu o Estado Novo); Levante Integralista (1938); movimento anarquista; etc.

²⁰ “Globo News Painel”. 24 de abril de 2011.

²¹ “A outra Amazônia”, “Folha de São Paulo”, 25/02/2004 (CARVALHO).

Trata-se de uma situação diferente da que o país vivenciou até o século passado, por estar distante do eixo dos grandes acontecimentos. As novas tecnologias e a expectativa de obtenção de recursos em larga escala tornaram este afastamento desprezível.

Nossos interesses transcendem as nossas fronteiras! Temos que ter capacidade de gerenciá-los e protegê-los, de abster-nos de atitudes além da conta e de cultivar a boa imagem de nosso país, o que inclui o Poder Militar.

Enfrentamos e enfrentaremos divergências! É conveniente ter em mente que, apesar das visões positivas quanto às impressões do estrangeiro, veiculadas pela mídia amiúde, enfrentaremos constrangimentos, bem como há quem não nos aprecie e não nos leve em conta.

Adicionalmente, em nossa época, o Brasil vem realizando uma ofensiva em vários ambientes, com o propósito de aumentar a sua inserção no cenário internacional. A mudança da conjuntura geoestratégica ora observada e tal postura aumentam a possibilidade de que ocorram eventos em que seja necessário empregar as Forças Armadas em proveito da política externa ou para atender interesses brasileiros no exterior.

Eis o ambiente que espera o combatente do século XXI!

Cabe a nós, educadores, contribuir para que ele esteja apto para enfrentá-lo. Das diversas disciplinas, a História Militar é uma das que apresenta maior potencial para fomentar o conhecimento mútuo, que não só é importante para o desenvolvimento de estudos estratégicos e a condução eficiente das operações conjuntas e combinadas, mas também contribui para minorar divergências. É importante refletir sobre tais demandas; bem como inculcar uma cultura, na qual todos os elementos sejam encorajados a desenvolver um senso de interdependência, respeito mútuo e confiança. Isto acompanhado de simpatia e de conhecimento recíprocos, ou seja, da faculdade de reconhecer e compreender as capacidades, necessidades, sensibilidades e limitações de cada Força Singular.

Vale lembrar que a educação adequada mostra-se instrumento relevante para a formação dos membros das instituições militares. As pessoas são propensas a rejeitar as mensagens que colidam com as suas ideias, valores e expectativas. Por outro lado, os indivíduos mais educados tendem a ser mais firmes nos seus pontos de vista, além de serem mais capacitados a decidir.

Assim, em proveito da instituição, a educação militar deve inculcar profundamente os valores fundamentais, suplementando ou reformando o adquirido com

a educação externa à Força. Mais uma vez, podemos apontar que o ensino de História é um dos instrumentos apropriados para a fixação de tais valores. O nosso Brasil merece!

PERSONALIDADES CIVIS RELEVANTES

Personalidades civis também fazem jus a destaque na História Militar. No Brasil, entre outros, merecem destaque dois grandes personagens, por vezes antagônicos em suas concepções, os quais constituem referências para o nosso tempo: José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, e Rui Barbosa.

O Barão, em sua gestão na pasta das Relações Exteriores, para apoiar a política externa, procurou obter o respaldo do Poder Militar, que então era insuficiente e necessitava ser ajustado para um nível que conferisse credibilidade. Nessa época, o tema Defesa virou motivo de discussão nacional, sendo debatido na mídia e no Congresso. O Barão defendia a tese de que era necessário ser forte para ser pacífico.²²

Rio Branco, em seus importantes escritos, assinalou:

*Não depende da vontade de uma nação evitar conflitos internacionais.*²³

*Os povos que, (...), desdenham as virtudes militares e se não preparam para a eficaz defesa de seu território, dos seus direitos, e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações conseqüentes da derrota.*²⁴

*Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra se aprende a guerra.*²⁵

Nota-se que o Barão evoluía com desenvoltura nos quatro campos clássicos do Poder²⁶: não apenas guiava-se com base no culto ao Direito e no poder coercitivo, pois se escudava em seu profundo conhecimento e capacidade de persuasão (inclusive por meio da imprensa), além de recorrer ao Poder Econômico, pois, de outra forma, não viabilizaria as compensações acordadas nas negociações.

Rui Barbosa, o grande e polêmico jurista, político, diplomata e escritor brasileiro, foi um dos intelectuais mais brilhantes do seu tempo. Muito citado – mais que lido –, deixou importantes escritos relacionados à Defesa Nacional, entre outros temas, os quais devem fazer parte da cultura militar. Em “Cartas de Inglaterra”, citando Spencer Wilkinson, argumentou²⁷:

Um escritor inglês, (...), traduziu uma verdade memorável nestas palavras: “As nações anuem ao arbitramento em desavenças triviais; mas nunca se submetem a ele em pendências, que sejam, ou se acredite serem de importância vital para elas. Uma nação que confia nos seus direitos, em vez de confiar nos seus marinheiros e soldados, engana-se a si mesma e prepara a sua própria queda”.

²² “Mas não se pode ser pacífico sem ser forte, como não se pode, senão em intenção, ser valente sem ser bravo”. Discurso de agradecimento do Barão do Rio Branco, por ocasião de homenagem no Clube Militar, sem data indicada (ANTUNES, 1942, p.102.)

²³ Discurso pronunciado no Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1906. (Discursos. p. 104).

²⁴ Discurso pronunciado no Clube Militar, Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1911. (Discursos. p. 279).

²⁵ Carta a Joaquim Nabuco (24/08/1892), conforme citado pelo Vice-Almirante (Ref-EN) Armando de Senna Bittencourt, ao discorrer sobre o tema “O emprego do poder militar como estratégia de Rio Branco”, no Seminário Internacional ‘Barão do Rio Branco – 100 anos de memória “’, Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, em 8 de maio de 2012.

²⁶ Aqui, nos referimos aos Poderes Político, Econômico, Militar e Psicossocial como componentes clássicos do Poder Nacional, conforme conceituação adotada pela Escola Superior de Guerra, no passado. Posteriormente, agregou-se um quinto poder componente: o Científico-Tecnológico. Esta conceituação, com cinco componentes, foi acolhida na Doutrina Militar de Defesa.

²⁷ BARBOSA, p. 130.

Especificamente quanto ao Poder Naval, acrescentou:

A defesa de um estado é o mais importante dos seus problemas. E nesse problema, o mais imperioso é a defesa marítima. Esta requer uma longa antecipação de trabalhos, uma aturada preparação técnica, um concurso de meios que não se apuram na ocasião da necessidade. (...) As fronteiras terrestres não raro tem na sua própria natureza, nos rios, nos montes, nos acidentes do solo, as condições da sua guarda, ao passo que a fronteira oceânica é uma porta escancarada a todas as incursões.

(.....)

(...). Esquadras de guerra não se evocam de improviso, nem se atamancam entre apuros com invenções engenhosas de momento.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, G. *Defesa e Diplomacia: Uma Visão Geral*. Conferência apresentada no Palácio Itamaraty, Brasília, em 18 de junho de 2007, por ocasião do Seminário “As Forças Armadas na Defesa da Amazônia”, promovido pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), em parceria com a Escola Superior de Guerra.

ABREU, G. *A Importância Geoestratégica do Atlântico Sul: Variável Defesa*. Conferência apresentada no Seminário Segurança e a Defesa do Atlântico Sul, organizado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), no Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, (INCAER), Rio de Janeiro, em 28 de abril de 2011.

ABREU, G. *Política Externa e Defesa na Primeira Metade do Século XX*. Rio de Janeiro: Revista da Escola de Guerra Naval nº 14 (dezembro de 2009).

ANTUNES, P. *História do Grande Chanceler Rio de Janeiro: Biblioteca Militar*. Ministério da Guerra, 1942.

BEAUFRE, A. *Introdução à Estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

BARBOSA, R. *Cartas de Inglaterra*. São Paulo: Saraiva & C. Editores, 1929.

CARDIM, Carlos Henrique. *A Raiz das Coisas: Rui Barbosa: o Brasil no Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, R. *A outra Amazônia*. São Paulo: “Folha de São Paulo”, 25 de fevereiro de 2004.

DOCTRINA de Liderança da Marinha (EMA-137 Mod 1). Brasília: Estado-Maior da Armada, 2004.

DOCTRINA Militar de Defesa. Portaria Normativa nº 113 /SPEAI/MD (Ministério da Defesa). 1º de fevereiro de 2007.

ESTATUTO dos Militares. Lei nº 6.880, DE 9 de dezembro de 1980.

HIERRO, J. *España En La Mar: Una Historia Milenaria*. Barcelona: Lunweg Editores, 1998.

HISTÓRIA Naval Brasileira (coletânea). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha.

JUKES, G. *The Russo-Japanese War: 1904-1905*. Oxford. UK: Osprey Publishing Midland House. 2002.

KING, D. Science. *Technology, Innovation and Wealth Creation: Skills and Capacity Building for Developing Countries*. (conferência). Banco Mundial. Washington, EUA, 11 de julho de 2007. Disponível: siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/2 - 2007-07-16. Acessado em 30 de abril de 2012.

LAVENÈRE-WANDERLEY, N. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1966.

LEITE, M. NOVELLI Junior, L. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1983.

MONTEIRO, A. *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (coletânea)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1996.

MORAES, J. *A FEB por seu Comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

O EXÉRCITO na História do Brasil (coletânea). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército / Salvador: Odebrecht, 1998.

OBRAS do Barão do Rio Branco (Discursos). Volume IX. Ministério das Relações Exteriores. Fragmento sem data de edição.

ORDENANÇA Geral para o Serviço da Armada (OGSA). Decreto nº 95.480, de 13 de dezembro de 1987, alterado pelos Decretos nº 937, de 23 de setembro de 1993, e nº 1.750, de 19 de dezembro de 1995.

SILVA, L. ARMARIA. *Revista Marítima Brasileira JAN-FEV-MAR 1980*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1980.